

Crescer pela raiz: porque queremos mesmo mudar tudo

1- O mundo continua a ser um lugar perigoso

A invasão da Ucrânia pelo regime fascizante de Putin, os choques entre imperialismos, o militarismo (também na NATO e em Portugal), a crise climática, a Europa-fortaleza que continua a empurrar migrantes para a morte, a crise económica com a conta da subida da inflação a ser apresentada às pessoas trabalhadoras, a continuada força da extrema-direita e do ultra-conservadorismo ao nível mundial são desafios imensos para os quais precisamos não só de mais força mas de maior clareza. O internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. O Bloco tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras.

2- A Europa ainda existe, o euro-liberalismo ainda é lei

A menorização da União Europeia na sequência da guerra na Ucrânia terá acentuado a sua crise como entidade política não apoiada em qualquer soberania popular. Mas o quadro geral que o país tem de enfrentar continua a ser o mesmo: é imposta uma política económica única aos seus Estados-membros que está ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado Orçamental e o euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, representando um colete de forças para as classes trabalhadoras. De tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas dos impostos sobre a riqueza ou a reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes que estão por detrás delas. A esquerda precisa não só de ter consciência disso mas de ter também resposta política. Tal como precisa de uma resposta ao garrote permanente de uma moeda única que aprofunda desigualdades entre centro e periferias: deve bater-se por alterar as regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE. Não colocar as questões incómodas não as faz deixar de existir, apenas nos desprotege. Assim, o Bloco tem de tomar a iniciativa de colocar estas questões, assim como de ser motor de iniciativas de mobilização e debate ao nível continental sobre democracia, alternativas ao austeritarismo e ao capitalismo, paz, migrações e direitos dos povos.

3- A maioria absoluta do PS degrada-se, o caminho não é o neo-gerigoncismo

De uma posição aparentemente confortável, com uma maioria absoluta recente, o PS passou a estar encurralado politicamente. Pelos escândalos associados a alguns governantes, mas sobretudo pela incapacidade do social-liberalismo, pelos seus compromissos de classe, em responder à crise económica e habitacional de forma satisfatória para os interesses populares. À esquerda, o tempo não é de criticar dubiamente “a maioria absoluta”, deixando no ar a ilusão de uma nova geringonça. A maioria absoluta não é o principal problema, o problema absoluto são os donos de Portugal que ela serve.

4- As direitas são a regressão social, não são a alternativa nem podemos aceitar que sejam a chantagem permanente

De momento, a direita tradicional continua a não se conseguir apresentar por si só como alternativa de governo, ao mesmo tempo que se encosta visivelmente às extremas-direitas. Por seu lado, estas continuam a crescer e, por isso, a possibilidade de um governo de forte regressão social e cultural surge no horizonte. Cabe ao Bloco de Esquerda saber reagir pela ofensiva à chantagem do voto útil que pode ter vindo para ficar. Para se contrapor à ameaça permanente da entrada da extrema-direita num executivo, há que não se deixar prender à ideia de que o Bloco é garante da estabilidade do poder instalado e que estamos condenados à política do mal menor. A um nível mais profundo, o Bloco tem de desfazer os mitos de que os fascismos e ultraliberalismos são alternativa ao poder existente mostrando que são apenas o seu lado mais obscuro e assumir que é, ele sim, a alternativa de fundo. Bem para além dos argumentos e ciclos eleitorais, é urgente que o Bloco recupere a sua imagem e prática anti-sistema porque sem elas há um espaço político vazio de descontentamento

que vai tendencialmente sendo ocupado pela demagogia da extrema-direita. E há também que não esquecer que o trabalho ativista antifascista é feito nas ruas e nos movimentos sociais, junto das pessoas e não só ao nível do discurso.

5- A rotina ou um Bloco reinventado?

O Bloco de Esquerda sofreu uma derrota eleitoral significativa nas últimas legislativas sobre a qual é preciso refletir e agir ao nível da estratégia política. O desafio que enfrenta não se resolve substituindo porta-vozes mas mantendo tudo o resto igual, ficando fechado num pequeno grupo de dirigentes e nas rotinas à espera que o desgaste do governo lhe abra algum espaço de recuperação de um eleitorado desiludido à esquerda. É preciso abertura e radicalidade, a coragem de inovar e começar de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto da política.

6- O centro de gravidade do Bloco são as lutas

Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista. Precisamos de um Bloco com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer “porta-vozes”. Com um diálogo aberto, modesto e crítico. Porque só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTIQ+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Precisamos ainda de uma esquerda que reflita criticamente também sobre si própria e, por exemplo, trabalhe para colmatar o problema de não ter, nas suas fileiras, uma representatividade real de pessoas racializadas e de etnias marginalizadas. Precisamos de um partido que ouse afirmar-se como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas: saúde, cooperativismo, produção agrícola feita para além do agrobusiness, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradores. Um Bloco que ajude os movimentos a crescer, em vez de procurar crescer neles.

7- O ecossocialismo é o presente ou não há futuro

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se agora sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou com promessas de um capitalismo verde. Não há tempo nem condições para continuar com a política usual. Daí que seja necessário um Bloco em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito, mas que tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta, que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa a comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. Desta forma, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade. A demarcação clara das promessas do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de auto-produção, nomeadamente energética, essenciais a uma transição justa.

8- Construir contra-hegemonia

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada sempre para as calendas gregas. O Bloco não pode pôr a tática acima de tudo. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades não adiadas pela espuma dos dias. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo para a sociedade, que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções de propriedade privada dos meios de produção ou ao funcionamento do imperialismo como ele existe

hoje em dia. É preciso a esquerda quebrar o seu ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, encontrando as formas de agir politicamente que poderão produzir mais efeitos no momento histórico presente e assumindo a iniciativa política, em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a jogo a redução radical do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento, por exemplo. O desafio do Bloco é abrir portas a novas formas de fazer política e repensar um socialismo do século XXI que recuse a social-democracia e o estalinismo.

9- Uma democracia de alta intensidade

Ao nível interno, o Bloco tem de estar menos centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e concentram todas as decisões essenciais sobre a vida do partido. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, criação de um portal de transparência com informação atualizada sobre as contas do Bloco de Esquerda, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e as declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas, reinventar a militância significativa, o Bloco tem de ser mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir os modelos gastos dos partidos tradicionais. Um partido no qual a diversidade interna não é apresentada como “divisão”, onde não há “inimigos internos”. Porque só a democracia mobiliza e junta as forças de que necessitamos.

10- Colocar o Bloco local no mapa das transformações sociais

Contando com milhares de militantes espalhados pelo país, o Bloco é bem mais do que a sua direção. O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade à esquerda do PS para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade.

Nas candidaturas autárquicas não nos apresentamos apenas para levar a bandeira do partido às urnas ou com o objetivo limitado de construir organização à escala municipal. Tal como nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores, queremos mudar paradigmas políticos autárquicos. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

Na organização interna local, o Bloco deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo.

11- Desfazer os nós do trabalho, unir os pontos do sindicalismo

Os anos da geringonça não inverteram o caminho de degradação do ensino público e do Serviço Nacional de Saúde nem acabaram com a realidade do mundo laboral português: as leis do trabalho do tempo da troika permaneceram, a precariedade continua a ser a regra, os baixos salários parecem ser um fado. Entretanto, a crise habitacional só se acentuou com a especulação imobiliária a ser lei do mercado e a crise inflacionária empurrou ainda mais para a pobreza.

Por outro lado, o sindicalismo continua a perder força e representatividade sem conseguir renovar-se ou encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais, tantas vezes afastadas do próprio dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias,

incentivando a ação unitária entre diferentes setores de atividade e pensando à escala internacional (mesma empresa, mesmas condições, mesma luta).

Para o Bloco, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas às questões políticas e que possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista e abertamente ecologista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

12 – Todas as lutas ou a barbárie

As conquistas parlamentares para que o Bloco contribuiu não chegam para a multiplicidade de ataques de que tantas de nós são alvo. Fomos vanguarda na linguagem inclusiva com a introdução do feminino no plural, mas estamos a ser espectadores das realidades não-binárias, sem políticas de fundo que respondem às necessidades destas realidades. As pessoas trans e não-binárias vivem uma no espectro da ultraprecarização, especialmente nos serviços públicos, onde as suas identidades são ignoradas ou nem existem. O processo de transição só é aplicável ao cis-tema binário e é demasiado longo, obrigando muitas pessoas trans a escolher entre os privados e discriminação contínua e, muitas vezes, mortal, das suas vidas. É tempo do Bloco se assumir, não apenas nas palavras, mas também nas suas ações, como um partido transfeminista que toma consciência plena da realidade precária das pessoas LGBTIQ+ e que cria, no parlamento e nas ruas, ferramentas para esta luta. Também no campo do anti-racismo é preciso aprofundar a passagem das palavras aos atos, dando voz e espaço a novos protagonistas e fazendo a crítica radical do colonialismo e da forma como ele é encarado em Portugal. Ser a esquerda socialista que combina o reconhecimento da diferença com o combate pela supressão de todas estas categorias e a abolição de todas as formas de submissão e exploração é o desafio que o Bloco tem de abraçar.

Proponentes da plataforma:

António Santos, 1108, Amadora – Lisboa;

LuísMiguel Santos, 8954, Odivelas – Lisboa;

Teresa Ribeiro, 1109, Amadora – Lisboa.